



Ocorrências de pronomes em editoriais da *Folha de São Paulo* e a construção da referencialidade numa ótica discursiva

Sheyla Aires de Barros

PIBIC/CNPq - UFPB/Campus II

Introdução

Pretendemos desenvolver a análise de ocorrências dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos para a construção da referencialidade, tendo em vista os aspectos discursivo-pragmático dessas questões. Para isso deixamos o estudo daqueles pronomes na gramática tradicional e os conceitos de dêixis e anáfora na lingüística convencional. A primeira por assumir uma postura puramente sintática, tendo suas definições voltadas para ocorrências de pronomes nas frases, sem levar em conta o nível textual. A segunda, apesar de avançar quanto ao aspecto textual, faz uma divisão muito radical entre dêixis e anáfora, pois, como veremos na descrição de referencialidade nos editoriais, em várias ocorrências, o pronome parece não indicar uma retomada de um termo dito anteriormente no texto (anáfora) e nem de um objeto da situação (dêixis).

1. Pronomes e domínio discursivo

O que veremos a seguir são estudos que enveredam pelo caminho pragmático-discursivo, ao tratarem da referencialidade dos pronomes. Tais estudos vão preencher algumas das muitas lacunas deixadas pelas Gramáticas Tradicionais e pelos estudos de dêixis e anáfora de linha convencional.

Fulgêncio (1983), no artigo 'Exame da conceituação de anáfora e suas relações com as noções de dado/novo', mostra que nem sempre uma anáfora recupera um referente citado explicitamente no discurso e

nem noções introduzidas no discurso e, conseqüentemente, o referente anafórico nem sempre está na “consciousness” do ouvinte no momento da enunciação. A autora mostra ocorrências que provam ser falha a idéia de que o referente do elemento anafórico deve estar na ‘consciousness’ no momento em que a anáfora é enunciada e nem toda anáfora deve possuir, necessariamente, o seu referente ‘dado’.

Acerca do mesmo assunto, Martins (1984), no artigo ‘A complexidade Referencial do Pronome ele’, mostra uma análise da terceira pessoa a partir de uma relação exofórica. Dentro de uma perspectiva ampliada de referência, a autora propôs uma divisão dentro do que se chama terceira pessoa, que, sendo possível, permitirá a reconstituição de um sistema pronominal com mais de três pessoas. Isso se daria por uma ligação do ele com o eu e o tu. A fim de mostrar essa ampliação da terceira pessoa, a autora defende a idéia de que há dois usos da forma ele. Um que se integra no sistema pronominal como terceira pessoa, porque compartilha com o eu e o tu algumas de suas relações com o enunciado e a situação em geral. Este é o chamado ele-pessoa; outro, uma não-pessoa (usando a terminologia de Benveniste), que se refere objetivamente, com os nomes ou sintagmas nominais, enquadrando-se na classe das expressões referenciais definidas.

Ainda na mesma perspectiva, Cardoso (1995) defende a idéia de que o referente não é algo que está no mundo, mas é constituído pela memória discursiva dos interlocutores.

A demonstração dessas teorias serve como base para tornar evidente a contribuição desses estudos para romper com a separação ‘dentro/fora’ dos processos de anáfora e dêixis, pois, com a análise dos pronomes presentes nos editoriais, veremos que haverá casos em que o pronome invoca o universo discursivo do leitor, para a interpretação de toda uma seqüência lingüística anterior no corpo textual.

2. Pronominalização e domínio discursivo em editoriais da Folha de São Paulo

A nossa análise será orientada pela possibilidade de se descrever as formas lingüísticas que permeiam os textos formais, escritos por pessoas com grau considerável de letramento. Através dos exemplos retirados destes textos, iremos descrever como os pronomes pessoais, possessivos

e demonstrativos são utilizados para a construção das formas de referência.

A ocorrência que veremos a seguir mostra que, para que o leitor construa o referente a que o pronome está se referindo, ele precisa interpretar a realidade político-social tematizada no editorial e as significações e valores que emergem da relação com este referente:

(1) O correto argumento de que cabe ao Banco Central zelar pela estabilidade do sistema financeiro não justifica a falta de transparência no processo de socorro aos bancos em dificuldades. O relatório final do BC, enviado nesta quinta-feira à Justiça de Minas Gerais, revê o rombo patrimonial do Banco Nacional para R\$7,5 bilhões, nada menos que R\$2,9 bilhões a mais que o valor anunciado quando da decretação de intervenção. Trata-se de mais um fato obscuro, em uma série de eventos sobre os quais já havia pouca luz.

Haverá apenas correntistas entre os credores desse rombo? Qual a extensão daquilo que não passa de fantasia contábil?

(FSP - 07/07/96:1-2)

Nesse caso, a utilização da expressão “fantasia contábil”, a qual o pronome demonstrativo daquilo se refere, nos remete a uma interpretação necessária que o leitor terá que fazer para que haja uma progressão na compreensão do conteúdo do editorial. Ou seja, esse é um poderoso recurso utilizado pelo locutor para que, através da sua visão político-social da realidade, ele possa “construir” a imagem do conteúdo pressuposicional do editorial no leitor. Esse exemplo contraria a noção convencional de dêixis, no momento em que ela afirma que os pronomes dêiticos apontam para objetos na situação contextual dos interlocutores. Isso acontece por que “fantasia contábil” não é um objeto pronto no mundo que possa ser apontado. Ao contrário, para que o leitor entenda a mensagem que o locutor quer passar, ele terá que fazer uso do seu conhecimento extra-lingüístico (de natureza discursiva) e construir a sua interpretação, tendo como base a relação entre o texto (os segmentos anteriores) e o “conhecimento possível” pelas condições sócio-históricas do sujeito.

Veremos algumas ocorrências do corpus em que o funcionamento do pronome é “presidido por um nível pragmático-discursivo de interpretação”.

(2) “O problema fundamental é saber como reduzir esse déficit. As reformas constitucionais e a privatização podem ser considerados meios importantes para atingir o objetivo”.

(FSP - 07/07/96: 1-2)

(3) “A mudança econômica acelerada, para o bem ou para o mal, é um dos mais importantes fenômenos que produzem essa sensação de falta de regras”.

(FSP - 14/07/96: 1-2)

(4) “É profundamente lastimável, para dizer o menos, que não se utilizem os recursos disponíveis para combater essa terrível moléstia”.

(FSP - 21/07/96: 1-2)

Estas ocorrências apresentam uma forma bastante curiosa de referenciação do pronome, pois os demonstrativos não fazem referência a uma palavra dita anteriormente no discurso, mas a um situação resguardada pelo conteúdo pressuposicional do editorial. Aqui, podemos remeter ao que Cardoso (1995) afirmou acerca da anáfora: “Uma das questões centrais deste trabalho - Demonstrativo, Anáfora e Pressuposição - é acusar o funcionamento pragmático-discursivo de interpretação, que preside ao fenômeno da referência dos demonstrativos endofóricos”. Para que fique mais clara esta afirmação, iremos analisar cada um desses exemplos separadamente. No primeiro exemplo, o demonstrativo esse faz referência a uma seqüência de casos que o autor interpreta como sendo um déficit. Antes a palavra não foi mencionada no corpo do texto. Portanto, para produzir o seu texto, o locutor se utilizou de uma expressão que indica uma retomada de um termo já empregado “...esse déficit”. Mas o efeito é de uma interpretação dos fatos que vinham sendo apresentados nos parágrafos anteriores. No segundo exemplo, por sua vez, o locutor interpreta mudanças aceleradas e reações a essas mudanças, presentes nas sociedades modernas, e mais precisamente a mudança econômica acelerada como sendo aquilo que produz a sensação de falta de regras. Como vimos, “sensação de falta de regras”, que o demonstrativo se refere, não havia sido mencionado antes explicitamente no texto. O mesmo ocorre com o terceiro exemplo, pois ao falar do

desvio de verbas destinada para combater a AIDS e de mostrar que a doença ainda não tem cura e deve ser combatida, o autor interpreta ser ela uma terrível moléstia a qual o pronome essa está se referindo.

O funcionamento discursivo-pragmático de interpretação dos demonstrativos acontece quando o locutor se mantém sensível diante daquilo que ele produz e quando ele e o leitor se associam aos acontecimentos históricos e sociais que lhes rodeiam.

Vejamos mais alguns casos:

“Não é raro nessas circunstâncias, provocar-se toda sorte de desconfortos políticos e emocionais”.

(FSP - 14/07)

“(...) E a taxa de câmbio é a ‘âncora’ da estabilidade. Nesse contexto, o governo teria várias alternativas”.

(FSP - 21/07)

Nos exemplos acima, o leitor precisa ter conhecimento de tudo que está sendo mostrado pelo locutor e quais as circunstâncias e o contexto, tendo em vista, não os fatos, mas o que levou ao acontecimento desses fatos. Estas são retomadas bem elaboradas que não são levadas em consideração pelos gramáticos tradicionais e pelos lingüistas que trabalham com as noções convencionais de dêixis e anáfora. O que se retoma não são as palavras que aparecem anteriormente no texto, mas se invoca a uma interpretação dos segmentos anteriores ao texto, tendo em vista uma visão discursiva da realidade econômica e social do país. Interpretar as circunstâncias a que o texto aponta é condição essencial para se cumprir os “passos” da leitura do texto.

Diante da análise deste exemplo, percebemos que há uma substancial diferença entre o que os gramáticos tradicionais afirmam acerca dos pronomes e o que realmente acontece no uso da língua. O apego a sistematização e a utopia de que o funcionamento da língua seja fixo, estático, faz com que pare, ainda, sobre a cabeça daqueles gramáticos o fantasma de Saussure, quando na dicotomia “*langue/parole*” esta foi rejeitada em benefício daquela, que era mais apta, propensa à sistematização. Diante disso, fica evidente a importância das teorias apresentadas anteriormente, todas elas com um aspecto importante a se

considerado: Fulgêncio (1983) com as noções de Dado/Novo; Martins (1984), por sua vez, com sua análise, numa perspectiva mais ampliada do pronome de terceira pessoa - ele - e, por fim, Cardoso (1995) que, com uma noção de referência dos pronomes mais pragmático-discursiva e com muita sensibilidade de percepção das regras da língua, introduz a questão da “interpretação” na “função anafórica” dos pronomes.

3. Considerações finais

Procuramos desenvolver um estudo voltado para a descrição das formas pronominais para a construção de referenciação. Para tanto, concluímos que as definições tradicionais convencionais mostram-se insuficientes para abarcarmos a questão da referencialidade e, conseqüentemente, para explicar o funcionamento dos pronomes no corpus. Isso por razões óbvias: as definições tradicionais, por estarem limitadas ao aspecto sintático de frases isoladas, não dão conta das inúmeras variações da língua. Quanto à visão lingüística convencional de dêixis e anáfora, vimos que esta se mostra insuficiente por estes dois processos não fazerem uma retomada, somente, do plano lingüístico, mas dependem de um conhecimento do domínio discursivo dos interlocutores.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (1929) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARDOSO, S. H. B. (1992) **Isso é o que digo**. Estudos Linguísticos XXI. Jauá: GEL. p. 556-563.
- _____. **Referência e anáfora pronominal exofórica**. Estudos Linguísticos XXIV. São Paulo: GEL, 1995. p. 299-304.
- _____. **Demonstrativo, anáfora e pressuposição**. *Letras & Letras II(1)*. Uberlândia: UFU, 1995. p. 157-180.
- CUNHA, Celso C. F. da & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FULGÊNCIO, Lúcia. **Exame da conceituação de anáfora e das suas relações com as noções de dado/novo**. Ensaios de Linguística 9. Belo Horizonte: UFMG, 1983.

- ILARI, Rodolfo et alii. **Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise.** in: CASTILHO, Ataliba T. de & BASÍLIO, Margarida. Gramática do Português Falado. vol. IV. Campinas: ed. da UNICAMP, 1996. p. 79-166.
- KOCH, Ingedore G. V. **Coesão Textual.** São Paulo: Contexto, 1995.
- LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa.** 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Linguística de Texto: o que é e como se faz.** Série Debates I. Recife: UFPE, 1983.
- MAURO, Maria A. F. **O editorial enquanto discurso argumentativo.** Boletim da Abralín 14. São Paulo: Abralín, 1993. p. 405-411.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.